



# PLANO DE TRABALHO COLABORATIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lisboa, 23 de dezembro de 2020

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>PROJETOS COLABORATIVOS.....</b>	<b>6</b>
<b>Projeto 1. Modelos de Serviços Comuns de Segurança e Saúde no Trabalho .....</b>	<b>7</b>
Descrição.....	7
Finalidade .....	7
Resultados.....	7
Prazo de conclusão.....	7
Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 1 .....	8
<b>Projeto 2. Roteiro para a Maturidade das Lideranças .....</b>	<b>9</b>
Descrição.....	9
Finalidade .....	9
Resultados.....	10
Prazo de conclusão.....	10
Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 2 .....	11
<b>Projeto 3. Crianças, Famílias e Comunidades Saudáveis não Brotam em Jardins..</b>	<b>13</b>
Descrição.....	13
Finalidade .....	13
Resultados.....	13
Prazo de conclusão.....	14
Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 3 .....	14
<b>Projeto 4. Plano Nacional de Qualificações dos agentes do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNQ_SGIFR) .....</b>	<b>15</b>
Descrição.....	15
Finalidade .....	15
Resultados.....	15
Prazo de conclusão.....	16
Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 4 .....	16

<b>Projeto 5. Plataforma de Empreendedorismo para Ideias de Trabalho Colaborativo</b>	<b>18</b>
Descrição.....	18
Finalidade .....	18
Resultados.....	18
Prazo de conclusão .....	18
Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 5 .....	19
<b>Projeto 6. Partilha de Soluções .....</b>	<b>20</b>
Descrição.....	20
Finalidade .....	20
Resultados.....	20
Prazo de conclusão .....	20
Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 6 .....	21
<b>Projeto 7. Agilização da Execução de Projetos Financiados .....</b>	<b>22</b>
Descrição.....	22
Finalidade .....	22
Resultados.....	22
Prazo de conclusão .....	22
Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 7 .....	23
<b>Projeto 8. Promoção do Laboratório de Inovação da Polícia Judiciária.....</b>	<b>24</b>
Descrição.....	24
Finalidade .....	24
Resultados.....	24
Prazo de conclusão .....	24
Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 8 .....	25
<b>Projeto 9. Guia de apoio à execução de projetos do Programa SIMPLEX' 20-21 ....</b>	<b>26</b>
Descrição.....	26
Finalidade .....	26
Resultados.....	26
Prazo de conclusão .....	26
Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 9 .....	26

COORDENAÇÃO DAS DINÂMICAS COLABORATIVAS..... 28

CALENDÁRIO DOS PROJETOS ..... 29

## INTRODUÇÃO

No passado dia 16 de junho foi assinada, por vinte e quatro dirigentes da administração pública em cargos de direção superior, uma Declaração Colaborativa, cujo enquadramento aqui transcrevemos:

“O contexto atual reforça a premência de mudar o funcionamento da Administração Pública, desenvolvendo capacidade de responder a desafios com prontidão e sustentabilidade.

A experiência desenvolvida no quadro do Plano de Trabalho Colaborativo na Administração Pública para apoiar os serviços num contexto de contingência demonstrou que é possível desenvolver respostas rápidas e colaborativas sem obrigar a uma intervenção institucional formal.

Para preparar um futuro cada vez mais mutável e incerto é necessário aprofundar modelos de colaboração flexível, incorporados nos modelos de gestão pública.

Estes modelos, alavancados por um conjunto de transformações organizacionais, nomeadamente o desenvolvimento de modelos combinados de organização do trabalho, presencial e remoto, permitem construir estratégias de funcionamento em ambientes de incerteza regulatória, potenciando a criação de valor porque permitem responder, com prontidão e simplicidade, a alterações profundas na matriz de necessidades de cidadãos e empresas.

Nas equipas de trabalho colaborativo, os participantes desenvolvem, em conjunto, uma relação de ajuda recíproca para alcançarem objetivos comuns, cabendo a todos participar nos processos de tomada de decisões e na execução das tarefas.

Para que a Administração Pública reforce a sua capacidade de resposta aos novos desafios, com agilidade, mobilizando as competências necessárias para atuar em cenários incertos, com flexibilidade, sem necessidade de intervenções formais substantivas ou de alterações estruturais, torna-se necessário apostar nestes novos modelos de trabalho.

As lideranças da Administração Pública têm particulares responsabilidades neste domínio, na medida em que lhes compete desenvolver os ambientes propícios à colaboração, ajustando modelos e instrumentos de gestão bem como os próprios estilos de liderança aos desafios que se apresentam aos níveis organizacional e individual neste novo contexto.

Este compromisso constitui a face visível de uma profunda transformação cultural que está em curso e que pode conformar um novo futuro para o funcionamento da Administração Pública. Um futuro assente menos na prescrição e mais na informalidade, menos nas normas e mais na atuação pautada por princípios de ética de serviço público, menos nas permissões prévias e mais na proatividade e autonomia,

menos na autoridade e mais na legitimidade fundada na capacidade de concretização de respostas necessárias.

O compromisso com a colaboração é, assim, um compromisso individual, que cada signatário se compromete a ativar, sempre que necessário, em quaisquer funções que desempenhe.”

O atual Plano de Trabalho Colaborativo na Administração Pública é o resultado de um compromisso assumido por vinte e quatro dirigentes em cargos de direção superior com a colaboração, “um compromisso individual, que cada signatário se compromete a ativar, sempre que necessário, em quaisquer funções que desempenhe”, como ficou escrito na Declaração Colaborativa assinada por estes dirigentes, no dia 16 de junho de 2020.

Os nove projetos colaborativos inscritos neste segundo Plano de Trabalho Colaborativo na Administração Pública, onde estão envolvidas sessenta e quatro pessoas, resultam da colaboração entre os signatários da Declaração Colaborativa e de outros dirigentes em cargos de direção superior que aderiram aos princípios do trabalho colaborativo. Esses princípios são os seguintes:

1. Desenvolver uma postura proactiva na procura de oportunidades de colaboração, partilha de conhecimento e desenvolvimento da Administração Pública;
2. Encontrar um modelo que permita às organizações a que pertencem funcionar como um facilitador e potenciador do trabalho colaborativo;
3. No âmbito das suas competências e com os recursos disponíveis, adotar formas de modernizar e de inovar, melhorar práticas, simplificar procedimentos, desmaterializar processos, identificar lições aprendidas, aumentar a eficiência e eficácia dos processos e a qualidade dos serviços prestados;
4. Assumir o compromisso de contribuir para o desenvolvimento das suas equipas, apostando nos portefólios de competências facilitadores da colaboração;
5. Promover planos de trabalho colaborativo na Administração Pública e desenvolvê-los através de equipas multidisciplinares;
6. Incentivar a adesão de outras pessoas a esta Declaração Colaborativa.

Esta segunda edição do Plano de Trabalho Colaborativo na Administração Pública está também alinhada com a Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020-2023, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2020, de 31 de julho, que expressa, quer na sua construção, quer nos eixos e medidas que a compõem, uma aposta no trabalho colaborativo.

# PROJETOS COLABORATIVOS

## Projeto 1. Modelos de Serviços Comuns de Segurança e Saúde no Trabalho

### Descrição

Elaboração de modelos de agregação de Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho (Serviços Comuns).

### Finalidade

Promover a mais rápida implementação destes serviços em toda a administração pública com redução do impacto financeiro, permitindo a distribuição dos encargos que, em tese, podem ser entre serviços da mesma área governativa ou de áreas governativas diferentes, facilitando ou viabilizando o processo aquisitivo através da sua centralização administrativa.

### Resultados

- Arquitetura de suporte para implementação de serviços de segurança e saúde no trabalho (modelos organizacionais e respetivo enquadramento legal e financeiro).
- Celebração de acordos-quadro que melhor potenciem as sinergias e economias de escala resultantes de um processo de centralização de procedimentos aquisitivos de serviços de segurança e de serviços de saúde no trabalho.

### Prazo de conclusão

Final do ano de 2020: Arquitetura de suporte para implementação de Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho.

Final do 2.º Trimestre de 2021: Celebração de acordo-quadro.

## Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 1

Nome	Cargo ou carreira	Entidade
Anabela Vilão	Subdiretora-Geral	Direção-Geral do Orçamento (DGO)
César Pestana	Presidente do Conselho Diretivo	Entidade dos Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.)
Elda Morais	Subdiretora-Geral	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)
Emília Telo	Diretora de Serviços	Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)
Lurdes Pedro	Administradora	Instituto Politécnico de Setúbal (IPS)
Nelson Ferreira	Subinspetor-Geral	Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)

## Projeto 2. Roteiro para a Maturidade das Lideranças

### Descrição

O papel do líder determina que, para além das suas características inatas, este se encontre dotado de um conjunto de competências e saberes conscientemente adquiridos, que o habilitem a desenvolver um papel crucial no seio das organizações que lidera.

Com efeito, o desenvolvimento das lideranças começa necessariamente pela construção e realização de um percurso, que se inicia antes de um colaborador assumir as funções de líder, designadamente através da preparação das várias vertentes da sua dimensão profissional e humana e reforçada no decurso do exercício das suas funções que, beneficiando de uma dinâmica real e profissional permanente em partilha com as equipas, lhe permita a melhoria continuada da sua capacitação, incluindo a forma de potenciar as pessoas e as organizações para níveis e modos de atuação que se pautem por padrões mais robustos e desenvolvidos, que assim viabilizem uma efetiva criação de valor para a comunidade servida.

Neste enquadramento, afigura-se oportuno desenvolver um projeto através do qual se irá criar um roteiro de avaliação e capacitação em várias competências, que potenciem as lideranças das organizações na administração pública, através do qual se procurará melhorar ou identificar novos processos, capacitar as pessoas e adequar as tecnologias existentes no Estado às novas realidades, e que incluirá um guião para orientar o líder da organização e a respetiva equipa diretiva no caminho faseado a trilhar, o qual, quando percorrido, permitirá o incremento da prestação da sua organização em vários domínios ou componentes e assim a tão almejada criação de valor.

### Finalidade

- Criar um modelo de gestão aplicável aos lugares de liderança, que passe por assegurar que, para os lugares desta natureza, seja trabalhado um plano de caracterização e ocupação criteriosa dos mesmos criando, em simultâneo, um modelo de desenvolvimento de competências de liderança que vá ao encontro das necessidades da administração pública e que guie os líderes no desenvolvimento permanente das suas aptidões de forma alinhada com as prioridades e com o valor que a administração deve criar no contexto dinâmico em que hoje vivemos.
- Promover, através de um forte envolvimento das respetivas lideranças, e pela aplicação de uma nova metodologia, a melhoria da forma como as diversas entidades do Estado

em geral, e da administração pública em particular, prestam os serviços aos seus públicos de interesse, através da indicação de caminhos estruturados para o incremento da maturidade da organização e da constituição de equipas que o ajudarão a percorrer, de forma sistemática, esse caminho.

## Resultados

Documento contendo o roteiro propriamente dito, constituído por:

- Uma ferramenta para avaliação da maturidade das lideranças das organizações;
- Um conjunto de medidas a implementar baseadas no resultado da avaliação da maturidade, ou da autoavaliação, por cada organização que manifeste o interesse;
- A indicação, identificação e capacitação de uma equipa de *coaching* para acompanhar a evolução junto das entidades envolvidas;

## Prazo de conclusão

dezembro de 2021

## Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 2

Nome	Cargo ou carreira	Entidade
Anabela Barata	Vogal do Conselho Diretivo	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT, I.P.)
António Costa Dieb	Presidente do Conselho Diretivo	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C, I.P.)
António Gameiro Marques	Diretor-Geral	Gabinete Nacional de Segurança (GNS)
Catarina Romão Gonçalves	Secretária-Geral Adjunta	Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM)
Damasceno Dias	Subdiretor-Geral	Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)
Lurdes Pedro	Administradora	Instituto Politécnico de Setúbal (IPS)
Manuel Honorato	Subdiretor-Geral	Gabinete Nacional de Segurança (GNS)
Mário Leal Monteiro	Diretor-Geral	Direção-Geral do Orçamento (DGO)
Nuno Bulcão Sarmento	Capitão-de-mar-guerra	Marinha Portuguesa
Nuno Sardinha Monteiro	Capitão-de-mar-guerra, Chefe da Divisão de Planeamento do Estado Maior da Armada	Marinha Portuguesa
Vanda Alambre	Assessora da Direção	Gabinete Nacional de Segurança (GNS)



**PLANO DE TRABALHO  
COLABORATIVO**  
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## Projeto 3. Crianças, Famílias e Comunidades Saudáveis não Brotam em Jardins

### Descrição

O projeto tem como população-alvo as grávidas e as crianças até aos seis anos de idade, numa área geográfica que envolve três concelhos da sub-região da Cova da Beira (Belmonte, Covilhã e Fundão), Oliveira do Hospital (Pinhal Interior Norte), Cantanhede (Baixo Mondego) e Águeda (Baixo Vouga).

Este projeto irá apostar na revisitação e otimização de projetos já em curso na área da saúde em articulação com outras instituições de outros sectores, englobando no domínio da saúde, os cuidados de saúde primários, a especialidade de obstetrícia e a área da saúde mental, colocando o foco na prevenção (aos vários níveis) da violência / promoção da saúde mental (ao longo do ciclo vital) no contexto das relações íntimas / famílias e da comunidade.

O aspeto colaborativo do projeto reside ainda na inclusão de parceiros das autarquias locais, da universidade, das forças de segurança, da justiça, da educação e da segurança social.

### Finalidade

Promoção de cuidados integrados áreas da saúde materno infantil e saúde mental, prevenindo a vulnerabilidades, a promoção de fatores protetores e potenciar a resiliência da grávida, da criança, da família e da comunidade com a inclusão de parceiros multisectoriais, desde autarquias, academia, forças de segurança, justiça, passando pela educação e segurança social, instituições particulares de solidariedade social (IPSS), entre outras.

### Resultados

Aumentar a integração dos cuidados de saúde materno-infantil e saúde mental centrados na população alvo e a atividade intersectorial, de modo a facilitar o acesso do cidadão aos cuidados atempados, reforçando vínculos afetivos, suporte emocional, integração num grupo e/ou comunidade, aumentando a não-violência.

Aumentar na gravidez a deteção das situações de risco o mais precocemente possível, para diagnosticar, encaminhar e tratar atempadamente os casos de depressão.

## Prazo de conclusão

1.ª Fase - Implementação: Final do ano de 2020.

2.ª Fase - Continuidade: Final do ano de 2021

## Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 3

Nome	Cargo ou carreira	Entidade
Catarina Romão Gonçalves	Secretária-Geral Adjunta	Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM)
Diana Breda	Presidente do Conselho Diretivo	Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede (HAJC)
João Redondo	Coordenador do Conselho Regional de Saúde Mental	Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, E.P.E. (CHUC, E.P.E) Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. (ARSC, I.P.)
João Rodrigues	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. (ARSC, I.P.)
Paula Santos	Diretora do Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência	Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, E.P.E. (CHCB, E.P.E.)
Teresa Bombas	Médica Especialista em Obstetrícia	Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, E.P.E. (CHUC, E.P.E.)
Tiago Santos	Médico Especialista em Psiquiatra	Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E. (CHBV, E.P.E.)

## Projeto 4. Plano Nacional de Qualificações dos agentes do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNQ\_SGIFR)

### Descrição

Desenvolvimento e conclusão do Plano Nacional de Qualificações dos agentes do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNQ\_SGIFR), para integração no Catálogo Nacional de Qualificações, através de processos de desenvolvimento e de reconhecimento transversal de referenciais de qualificação pelas várias entidades do SGIFR, e de implementação de sistemas de validação e de equivalências de formações anteriores à adoção do novo referencial.

Pretende-se que estes desenvolvimentos tenham em consideração as especificidades de cada entidade no SGIFR, mas que o produto final seja um produto de saberes partilhados, com equilíbrios e consensos entre todas as entidades, ganhando desta forma um reconhecimento transversal e a integração das qualificações e dos saberes que, neste momento, não existe.

O plano de trabalho colaborativo que se pretende adotar, ao promover a obtenção de produtos finais partilhados pelas várias entidades, ultrapassando os constrangimentos da formalidade e dos processos burocráticos, mas tendo em consideração os saberes específicos dos seus agentes e os seu voluntarismo, facilitará processos e a prevalência do espírito de causa e de produto comum, onde todos se sintam integrados e representados.

### Finalidade

Constituição e funcionamento de equipa de trabalho multidisciplinar, em formato expedito e simplificado, que represente as várias entidades com conhecimento e responsabilidade no setor da qualificação e dos fogos rurais, que permita concluir o Plano Nacional de Qualificação dos Agentes do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNQ\_SGIFR).

### Resultados

Plano Nacional de Qualificação dos Agentes do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNQ\_SGIFR), que integre num sistema um conjunto de acreditação, reconhecimento e de validação de competências.

## Prazo de conclusão

Final de Fevereiro de 2021.

## Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 4

Nome	Cargo ou carreira	Entidade
António Salgueiro	Adjunto do Vogal do Conselho Diretivo	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. (AGIF, I.P.)
Carlos Caeiro Carapeto	Inspetor-Geral	Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS)
César Pestana	Presidente do Conselho Diretivo	Entidade dos Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.)
Domingos Lopes	Diretor de Departamento	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)
Domingos Luís Dias Pascoal	Comandante do Comando de Doutrina e Formação da Guarda Nacional Republicana	Guarda Nacional Republicana (GNR)
Henrique Gouveia e Melo	Vice-Almirante, Adjunto para o Planeamento e Coordenação do EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA)
Joaquim Chambel	Comandante da Célula de Planeamento, Operações, Monitorização e Avaliação do Risco	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)
José Ferreira	Presidente da Direção	Escola Nacional de Bombeiros (ENB)
José Gaspar	Vice-Presidente	Instituto Politécnico de Coimbra (IPC)



**PLANO DE TRABALHO  
COLABORATIVO**  
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome	Cargo ou carreira	Entidade
Nuno Bulcão Sarmento	Capitão-de-mar-guerra, Chefe da Divisão de Planeamento do Estado Maior da Armada	Marinha Portuguesa
Paulo Mateus	Vogal do Conselho Diretivo	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. (AGIF, I.P.)
Rui Almeida	Coordenador Força Especial de Sapadores Bombeiros	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.)
Sandra Lameira	Diretora de Departamento	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP, I.P.)

## Projeto 5. Plataforma de Empreendedorismo para Ideias de Trabalho Colaborativo

### Descrição

Disponibilização de um mecanismo que facilite a apresentação de ideias para trabalho colaborativo por parte de todos os trabalhadores e dirigentes da administração pública através. Estas ideias devem ser acompanhadas de uma descrição sintética, a indicação da finalidade e dos resultados pretendidos, bem como a identificação das entidades ou pessoas que poderiam integrar as equipas de trabalho colaborativo. A apresentação das ideias é realizada através de um formulário eletrónico no sítio do Plano de Trabalho Colaborativo na Administração Pública ([www.colaboraap.gov.pt](http://www.colaboraap.gov.pt)). A sua apreciação é efetuada por um júri composto por signatários da Declaração Colaborativa. As ideias que demonstrarem a sua viabilidade poderão integradas no Plano de Trabalho Colaborativo na Administração Pública.

### Finalidade

Abrir a colaboração a todos os trabalhadores e dirigentes da administração pública e fomentar o empreendedorismo no trabalho colaborativo.

### Resultados

Plataforma aberta de colaboração que permite identificar novos Projetos para o Plano de Trabalho Colaborativo na Administração Pública e, por outro lado, constituir um ponto de encontro entre quem tem ideias ou problemas e quem tem um contributo a dar. Disponibilizar uma base tecnológica e metodológica de suporte.

### Prazo de conclusão

Final do 1.º Trimestre de 2021.

## Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 5

Nome	Cargo ou carreira	Entidade
Anabela Vilão	Subdiretora-Geral	Direção-Geral do Orçamento (DGO)
David Xavier	Secretário-Geral	Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM)
Jesus Rodrigues	Chefe de Divisão	Direção-Geral da Qualificação em Funções Públicas (INA)
Joaquim Mourato	Professor Coordenador	Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG), do Instituto Politécnico de Portalegre (Politécnico de Portalegre)
Luís Fonseca	Inspetor	Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS)
Marina Van Zeller	Vice-presidente do Conselho Diretivo	Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I.P.)
Pedro Dominginhos	Presidente	Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP)
Pedro Engrácia	Diretor	Entidade dos Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.)
Rui Andrade Gonçalves	Capitão-de-Fragata	Marinha Portuguesa

## Projeto 6. Partilha de Soluções

### Descrição

Criar um mecanismo que permita encontrar e partilhar soluções para problemas práticos e transversais na administração pública. Visa ainda constituir uma plataforma colaborativa aberta para facilitar o encontro, por um lado entre entidades com ideias ou situações reais a endereçar e, por outro a possibilidade de participação ativa de todos os que tenham interesse e disponibilidade, assente na ferramenta informática e em metodologias de inovação ou resolução de problemas

### Finalidade

- Aumentar a eficiência na resolução de problemas comuns e criar a capacidade de propor soluções conjuntas.
- Permitir a identificação de ideias, situações ou necessidades associadas a problemas reais concretos a resolver.
- Identificar entidades e pessoas disponíveis para realizar reflexão.
- Realizar um percurso de desenho das soluções e resultados.
- Através da plataforma permitir a recolha de elementos de reflexão, ao longo de um percurso metodológico estabelecido.
- Fomentar a partilha de ideias e soluções que são úteis e relevantes para problemas comuns no seio da administração pública.

### Resultados

Espaço de colaborativo de partilha de soluções.

### Prazo de conclusão

Final do 1.º Semestre de 2021.

## Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 6

Nome	Cargo ou carreira	Entidade
Abel Carreira	Diretor de Serviços	Direção-Geral da Qualificação em Funções Públicas (INA)
César Pestana	Presidente do Conselho Diretivo	Entidade dos Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.)
David Xavier	Secretário-Geral	Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM)
Luís Fonseca	Inspetor	Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS)
Marina Van Zeller	Vice-presidente do Conselho Diretivo	Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I.P.)
Mário Leal Monteiro	Diretor-Geral	Direção-Geral do Orçamento (DGO)
Pedro Dominginhos	Presidente	Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP)
Pedro Engrácia	Diretor	Entidade dos Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.)

## Projeto 7. Agilização da Execução de Projetos Financiados

### Descrição

As várias entidades responsáveis pelos fundos europeus têm produzido um conjunto de orientações, conselhos práticos e boas práticas com o objetivo de apoiar a boa execução dos projetos financiados. A importância da boa execução destes projetos na gestão das entidades públicas é algo que importa reforçar, contando com o apoio das entidades gestoras dos programas operacionais, mas também com uma dinâmica colaborativa a partir da experiência daqueles que tiveram ou têm a responsabilidade de executar esse tipo de projetos.

### Finalidade

Apoiar a implementação de boas práticas na execução de projetos financiados por fundos europeus na administração pública.

### Resultados

Criar uma plataforma colaborativa de partilha de boas práticas e de aprendizagem partilhada.

### Prazo de conclusão

Final do 1.º Trimestre de 2021.

## Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 7

Nome	Cargo ou carreira	Entidade
Ana Pio	Chefe da Equipa de Avaliação de Medidas de Modernização	Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA, I.P.)
Anabela Vilão	Subdiretora-Geral	Direção-Geral do Orçamento (DGO)
Cristina Jacinto	Vogal da Comissão Diretiva	Autoridade de Gestão do Programa Operacional Temático Capital Humano (POCH)
Domingos Lopes	Presidente da Comissão Diretiva	Autoridade de Gestão Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)
Margarida Filipe	Vogal do Conselho Diretivo	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C)
Maria José Fernandes	Presidente	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA)
Nuno Venade	Vogal do Conselho Diretivo	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT, I.P.)
Rui Andrade Gonçalves	Capitão-de-Fragata	Marinha Portuguesa
Tito Carlos Vieira	Diretor	Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER)

## Projeto 8. Promoção do Laboratório de Inovação da Polícia Judiciária

### Descrição

O Laboratório de Inovação da Polícia Judiciária (PJ) tem como objetivo principal dotar a organização de uma capacidade contínua de promover a inovação e a experimentação, assente na lógica da colaboração e cooperação, assegurando o envolvimento de todas as estruturas internas da PJ relevantes no cumprimento da sua missão, bem como o envolvimento de outras entidades nacionais e internacionais dos setores público e privado, academia e a sociedade civil.

Atendendo às dimensões sobre as quais se pretende incidir, o Laboratório de Inovação da PJ atua num contexto, cujos focos são as pessoas, através do desenvolvimento das suas capacidades para inovar, os processos, através da melhoria de procedimentos com base na simplificação e eficiência dos mesmos e a exploração de tecnologias, tais como o *data analytics*, inteligência artificial, *machine learning*, o *blockchain*, entre outras, que potenciam o desenvolvimento de novas soluções.

### Finalidade

Capacitar os elementos da PJ a fim de promoverem modelos de inovação adequados ao contexto e à cultura organizacional, bem como encorajar a transformação dos seus ambientes de trabalho fomentando a criatividade, o envolvimento dos trabalhadores no processo de inovação e uma cultura de experimentação.

### Resultados

- Identificação de ferramentas e técnicas de inovação apoiadas em metodologias potenciadoras de inovação.
- Realização de ações de capacitação.
- Apoio na dinamização da rede colaborativa.

### Prazo de conclusão

Final do ano de 2021.

## Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 8

Nome	Cargo ou carreira	Entidade
Abel Carreira	Diretor de Serviços	Direção-Geral da Qualificação em Funções Públicas (INA)
Andreia Gonçalves	Subtenente	Marinha Portuguesa
Carlos Caeiro Carapeto	Inspetor-Geral	Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS)
Elsa Belo	Diretora de Serviços	Direção-Geral da Qualificação em Funções Públicas (INA)
João Lourenço da Piedade	Capitão de mar-e-guerra	Marinha Portuguesa
Luísa Proença	Diretora Nacional Adjunta	Polícia Judiciária
Manuel Maias	Especialista Superior	Polícia Judiciária
Paulo Sanches	Diretor de Serviços	Polícia Judiciária
Pedro Proença Mendes	Capitão-de-fragata	Marinha Portuguesa
Sérgio Gomes de Abreu	Chefe de Equipa Multidisciplinar	Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS)
Susana Santos	Especialista Superior	Polícia Judiciária

## Projeto 9. Guia de apoio à execução de projetos do Programa SIMPLEX' 20-21

### Descrição

O Guia de apoio à execução de projetos do Programa SIMPLEX'20-21, alinhado com a Medida 80 Modo SIMPLEX AP, têm como objetivo elaborar um documento que permita apoiar e capacitar os recursos humanos da administração pública na execução de projetos de simplificação e inovação.

### Finalidade

Elaborar um guia para apoiar a execução de projetos do Programa SIMPLEX' 20-21.

### Resultados

- Publicação do guia de apoio à concretização da medida 80, do Programa SIMPLEX' 20-21.
- Programa de capacitação para a simplificação.

### Prazo de conclusão

Final do 1.º Trimestre de 2021.

### Equipa de trabalho colaborativo do Projeto 9

Nome	Cargo ou carreira	Entidade
César Pestana	Presidente do Conselho Diretivo	Entidade dos Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.)
Elsa Belo	Diretora de Serviços	Direção-Geral da Qualificação em Funções Públicas (INA)
Fátima Madureira	Presidente do Conselho Diretivo	Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA, I.P.)



**PLANO DE TRABALHO  
COLABORATIVO**  
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome	Cargo ou carreira	Entidade
Filomena Rosa	Presidente do Conselho Diretivo	Instituto dos Registos e Notariado, I.P. (IRN, I.P.)
Marina Van Zeller	Vice-presidente do Conselho Diretivo	Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I.P.)
Nuno Félix	Subdiretor-Geral	Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)
Sofia Carvalho	Vogal do Conselho Diretivo	Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.)

# COORDENAÇÃO DAS DINÂMICAS COLABORATIVAS

A Declaração Colaboração, assinada no dia 16 de junho de 2020, prevê na alínea b), do seu número 7, a criação de “um Grupo de Coordenação, constituído por três dirigentes de entidades distintas, que será responsável pela promoção das dinâmicas colaborativas entre os parceiros”. Em cumprimento desta determinação, os signatários da Declaração Colaborativa acordaram designar para esse Grupo de Coordenação, pelo prazo de um ano, os seguintes membros da Declaração Colaborativa:

- Carlos Caeiro Carapeto, Inspetor-Geral da IGAS;
- César Pestana, Presidente do Conselho Diretivo da ESPAP, I.P.
- Nuno Sardinha Monteiro, Capitão-de-mar-guerra, da Marinha Portuguesa.

Para apoiar a promoção das “dinâmicas colaborativas entre os parceiros” foi criado o sítio “Colaboraap” (<https://www.colaboraap.gov.pt/>) na Internet, com o apoio de uma equipa transversal de trabalho colaborativo, composta por elementos da ESPAP, I.P., da IGAS, do INA e da Marinha Portuguesa:

- Abel Carreira, Diretor de Serviços do INA;
- Luís Fonseca, Inspetor da IGAS;
- Pedro Engrácia, Diretor de Serviços da ESPAP;
- Rui Andrade Gonçalves, Capitão-de-fragata da Marinha Portuguesa.

# CALENDÁRIO DOS PROJETOS

Calendário	2020					2021											
	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Projeto 1																	
Projeto 2																	
Projeto 3																	
Projeto 4																	
Projeto 5																	
Projeto 6																	
Projeto 7																	
Projeto 8																	
Projeto 9																	

Legenda:

-  Primeira fase do projeto.
-  Segunda fase do projeto.



**PLANO DE TRABALHO  
COLABORATIVO**  
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FIM DO DOCUMENTO